



**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

**Amazônia:
Aspectos Singulares Para
O Desenvolvimento Regional**

Michele Lins Aracaty e Silva

Amazônia: Aspectos Singulares Para O Desenvolvimento Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S586a Silva, Michele Lins Aracaty e.
Amazônia [recurso eletrônico] : aspectos singulares para o desenvolvimento regional / Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-249-4
DOI 10.22533/at.ed.494191004

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Título.

CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com um misto de alegria e satisfação que apresentamos essa obra produzida com carinho e com o esforço de todos os participantes. O livro *Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional*, disponibiliza no seu corpo a contribuição de professores, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos temas ligados ao Desenvolvimento Regional tendo a Amazônia como seu objeto de estudo.

Os dez artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de casos, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser professor, pesquisador e aluno.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional, ficamos abertos as sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2018.

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente.
Quem sobrevive é o mais disposto à mudança”
Charles Darwin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS	
Marcela Fróes da Costa Mauro Maurício Barbosa Lucas Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4941910041	
CAPÍTULO 2	19
A FRUTICULTURA NO AMAZONAS: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Isadora Conceição Trindade Pires Izabel Cristina Costa de Souza Judilene Sarmiento Fernandes Manoel Carlos de Oliveira Júnior Willian Carneiro Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.4941910042	
CAPÍTULO 3	31
AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL INDUSTRIAL E CIDADES INTELIGENTES	
Michele Lins Aracaty e Silva Nerine Lúcia Alves de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4941910043	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO PARTICIPATIVO DO PIRARUCU COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS	
Fábio Rodrigues Felipe addor Núbia gonzaga Sidney lianza	
DOI 10.22533/at.ed.4941910044	
CAPÍTULO 5	61
O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Michele Lins Aracaty e Silva Taisa Vanessa de Sousa Colares Tiago Sampaio Brito	
DOI 10.22533/at.ed.4941910045	
CAPÍTULO 6	76
ELEMENTOS SOCIOTÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM ENTREPOSTO AVÍCOLA	
Erasmus Moreira de Carvalho Juliano Crithian Silva Osmar Siena Saiane Barros de Souza Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910046	

CAPÍTULO 7	91
PRÁTICAS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM UMA RESERVA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Flávio de São Pedro Filho	
Raul Afonso Pommer Barbosa	
Rwrsilany Silva	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910047	
CAPÍTULO 8	108
SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)	
Mariluce Paes de Souza	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
Theophilo Alves de Souza Filho	
Thiago José Sampaio Kaiser	
DOI 10.22533/at.ed.4941910048	
CAPÍTULO 9	124
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM	
Katia Viana Cavalcante	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Tassio Franchi	
DOI 10.22533/at.ed.4941910049	
CAPÍTULO 10	137
RETRATO DAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES EM APP EM MANAUS: O CASO DO BAIRRO NOVA VITÓRIA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Suelânia Cristina Gonzada de Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.49419100410	
SOBRE A ORGANIZADORA	148
SOBRE OS AUTORES	149

RETRATO DAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES EM APP EM MANAUS: O CASO DO BAIRRO NOVA VITÓRIA

**Michele Lins Aracaty e Silva
Rute Holanda Lopes**

Suelânia Cristina Gonzada de Figueiredo

RESUMO: O déficit habitacional ocorre em todos os estados brasileiros e tem sido alvo de políticas públicas municipais com o objetivo de atender à demanda populacional das classes de maior vulnerabilidade social que improvisam um lar em áreas por vezes inadequadas para a ocupação. Manaus como qualquer outra capital brasileira é alvo de fluxos de pessoas que decidem deixar suas cidades de origem em busca de melhorias sociais e econômicas. Chegando nos grandes centros deparam-se com o elevado custo das habitações e com a necessidade de buscar uma alternativa para abrigar suas famílias, por vezes ocupam as Áreas de Preservação Permanentes – APP de forma irregular. Tais ocupações irregulares com o passar do tempo formam os bairros, como é o caso do nosso objeto de estudo o Bairro Nova Vitória, inserido numa APP, que apesar de já ter sido alvo de políticas públicas ainda há muito a ser feito para propiciar dignidade aos moradores e preservar o meio ambiente. Para a construção deste trabalho realizou-se pesquisas bibliográfica, documental e de campo por meio de entrevistas com os primeiros habitantes do Bairro Nova Vitória com o objetivo de levantar como ocorreu o processo ocupacional. Portanto, muito já se avançou em termos de prestação de serviços e melhoria no bairro, mas ainda temos muito a avançar de forma a tender a todos os anseios populacionais e ambientais. Dessa forma, aponta-se que uma das alternativas para

amenizar o impacto da ocupação populacional sobre a APP seria a regularização fundiária participativa, usada como instrumento de política pública de suma importância para os municípios brasileiros na busca pela solução de problemas urbano-ambientais, como o caso de ocupações irregulares em APP's uma vez que contribui para a sustentabilidade das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro Nova Vitória; Ocupação; APP; Regularização Fundiária.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização inicia-se quando o homem começa a viver em sociedade, à medida que surgem as cidades e os impérios, esse processo começa a ocorrer de maneira mais intensa e conseqüentemente mais degradante. Globalmente, o evento mais ligado ao processo de urbanização e degradação ambiental foi a Revolução Industrial que tirou o homem do campo e o aglomerou em cidades que passam a crescer desordenadamente com áreas descritas como fétidas e cheias de insetos e roedores. (HUBERMAN, 1986). No caso da habitação, constitui uma necessidade básica fundamental à subsistência.

Fundamentando essa questão, Maslow (1996) cita que as necessidades mais intensas para o ser humano são as necessidades básicas fundamentais à sua subsistência, isto

é, alimento, vestuário e moradia. Enquanto essas necessidades não forem atendidas buscando a operação suficiente do corpo, toda motivação do ser humano permanecerá voltada para esse fim.

Desde a criação das primeiras cidades, a habitação tem representado um problema urbano por ser sempre o número de habitações menor do que as necessidades de seus habitantes e ao nascerem, as cidades não tinham infraestrutura suficiente para evitar os problemas de favelização que ocorrem nas periferias das cidades.

A habitação como problema urbano tem sido instrumento de estudo de geógrafos, arquitetos, economistas, engenheiros, assistentes sociais, antropólogos e etc. e mesmo com toda evolução em soluções, ainda se tem hoje grandes problemas decorrentes da falta, ou ainda da forma de habitar das cidades. Segundo Maricato (2001), existe um paradoxo de que, de um lado se tem a evolução positiva “em relação à mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, diminuição do crescimento demográfico, e aumento da escolaridade”, e de outro o processo de urbanização trazendo para o Brasil a elevação dos indicadores de violência, pobreza, depredação urbana e ambiental etc.

O espaço urbano é composto por várias faces e é complexo à medida que envolve um relacionamento com o processo de urbanização onde existem vários papéis vividos e representados pelos vários atores nele inserido.

No caso, específico deste trabalho, analisaremos um fenômeno típico de cidades de elevado grau de atratividade populacional como Manaus. Trata-se do fenômeno de ocupação desordenada de espaços urbanos definidos como Área de Preservação Permanente – APP que são ocupadas por parte expressiva da sociedade que se encontra em elevada vulnerabilidade social e necessita de uma moradia para abrigar a sua família.

Para construção do embasamento teórico, a pesquisa iniciou-se por meio de consulta bibliográfica em livros, dissertações, tese, revistas e sites especializados. Neste estudo, a pesquisa de campo foi realizada no bairro Nova Vitória, por meio da observação da realidade durante as visitas ao bairro e de entrevistas realizadas com moradores antigos e recentes sobre as suas experiências, com líderes comunitários e religiosos que relataram o processo ocupacional.

Analisaremos a ocupação que deu origem ao Bairro Nova Vitória que constitui numa área de trinta mil metros quadrados, e constitui uma Área de Preservação Permanente - APP, que segundo Nogueira *et. al* (2009), foram desmatados cerca de 93 hectares de área verde.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM MANAUS

A cidade de Manaus começa a desenvolver-se fortemente neste período e tem seu grande *boom* a partir da regulamentação da Zona Franca de Manaus, quando se torna o grande polo atrator da região e passa a receber pessoas de todo o país, de diferentes classes sociais e formação intelectual. Quanto a isto, o ex-prefeito da cidade

de Manaus Djalma da Cunha Batista em 1976 afirmou que chegavam cerca de 100 pessoas por dia, correspondendo a cerca 36.000 por ano. Destaca ainda que muitos vieram para trabalhar, criando assim uma camada social formada por comerciantes, industriais, corretores, etc.

À medida que o Polo Industrial de Manaus – PIM - cresce e se torna gerador de emprego e renda, a população migrante instala-se ao redor das áreas urbanas tradicionais a uma velocidade superior à capacidade de suporte pública, social e ambiental. Cria-se a partir daí um passivo social e ambiental que vem sendo constante foco de políticas públicas na tentativa de reduzi-lo e/ou compensá-lo. Nogueira *et al* (2009) destaca que como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Manaus também possui um crescimento demográfico desordenado impossibilitando a disponibilização de condições básicas como saneamento, energia elétrica, postos de saúde e educação a população.

ESPAÇO URBANO E SUAS DIVISÕES

Nas cidades o espaço urbano é dividido entre áreas que ocupam diversos tipos de uso: residenciais, comerciais, industriais e públicas. Essa divisão é desigual e mostra o aspecto social da sociedade capitalista também desigual. Dentre muitos, um dos fatores que contribuem de forma preponderante para a ocorrência das ocupações irregulares é a má distribuição de renda. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006) define ocupação urbana irregular como “comunidade constituída por no mínimo 51 domicílios ocupando ou tendo ocupado até o período recente de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carentes em sua maioria de serviços essenciais”.

IMPACTO DA PRESSÃO DEMOGRÁFICA SOBRE O MEIO AMBIENTE

A degradação ambiental não é resultado direto da pressão demográfica sobre a capacidade de carga dos ecossistemas, mas, das formas de apropriação e usufruto da natureza. A racionalidade econômica, ao maximizar os excedentes e benefícios econômicos no curto prazo, deixa a questão da equidade social e da sustentabilidade ecológica para as políticas distributivas de uma riqueza criada sobre a base da acumulação do capital que é intrinsecamente destruidora da natureza. Para Machado (2004), e aplicando especificamente para esses casos de ocupações irregulares, quando utilizamos o termo “potencialmente”, estamos abrangendo todos os possíveis danos sejam de natureza duvidosa ou não, onde se determina o grau ou a extensão do impacto ambiental ocasionado pelo crescimento urbano e principalmente como este afetará a qualidade de vida da própria população que ocupará o espaço geográfico.

ASPECTOS DA OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE MANAUS – CASO NOVA

VITÓRIA

No caso de Manaus-Amazonas, o crescimento demográfico levou à proliferação do número de ocupações irregulares, sejam em áreas públicas ou privadas. Um exemplo de ocupação ilegal é o caso Nova Vitória, hoje já consolidado como bairro Nova Vitória, pela doação do Governo Federal aos moradores desde setembro de 2007. Está localizada em uma área de aproximadamente trinta mil metros quadrados, antes pertencente à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, área reservada para a expansão de empresas do Polo Industrial de Manaus - PIM.

O início da ocupação ocorreu em agosto de 2003 com a chegada de centenas de pessoas procedentes de outros bairros, de municípios do interior do Amazonas e de Estados vizinhos. Embora a Polícia Federal tenha tentado impedir por meio da retirada dos invasores, recorrendo inclusive à prisão de alguns destes indivíduos, a ocupação continua a crescer substancialmente até os dias de hoje. O governo iniciou em outubro de 2008, o cadastramento das famílias lá instaladas, para doação dos títulos de posse dos terrenos.

É importante ressaltar que como a invasão se tornou bairro, a Prefeitura Municipal de Manaus – PMM – iniciou o cadastramento das famílias do local para dar início ao registro das casas, com o objetivo da doação dos títulos de posse, urbanização, serviço de abastecimento de água e energia. Atualmente, este processo continua em expansão pela construção e entrega do aparelhamento social urbano, destacando-se a entrega de escolas de nível médio e de tempo integral, postos de saúde, saneamento básico e legalização do fornecimento de energia elétrica.

Devido ao estágio de construção inicial da sua história, não há registros oficiais da formação deste bairro. Portanto, a coleta de dados restringiu-se a entrevistas com moradores recém-chegados e antigos, líderes comunitários e religiosos. Desta forma, parte da história do povo do bairro Nova Vitória será descrita neste trabalho dando ênfase ao tripé da sustentabilidade de Sachs (2002), sendo economicamente pela dinâmica de ocupação imobiliária, ambientalmente pela degradação ambiental e socialmente pela análise da dignidade humana.

MÉTODO

Para este estudo utilizou-se o método dedutivo onde se fez a análise dos dados para chegarmos a uma conclusão com base em objeto de análise. A natureza da pesquisa baseou-se numa abordagem qualitativa, pois se entendeu a importância de se levantar o processo de ocupação populacional no Bairro Nova Vitória que está situado nos limites de uma Área de Preservação Permanente – APP. O meio da pesquisa é caracterizado como bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo visto a realização de visitas ao local e entrevistas informais com os moradores mais antigos de forma a ouvir deles como ocorreu o processo de ocupação da área.

Por fim, realizou-se a análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ocupação irregular, atual bairro Nova Vitória, trata-se de uma área de trinta mil metros quadrados, sendo considerada uma Área de Preservação Permanente - APP, que segundo Nogueira *et al* (2009), foram desmatados cerca de 93 hectares de área verde. Devido ao caráter de área a ser preservada e da forma como foi ocupada, ou seja, por meio do desmatamento, da degradação do solo, da matança de animais silvestres e da poluição dos mananciais, córregos e lençol freático, esta ocupação teve como base a degradação ambiental ocasionada pelas famílias que lá se instalaram.

Na pesquisa que deu origem a este artigo, foi possível à constatação da importância que a posse da terra representa para os moradores da invasão Nova Vitória, como fator de dignidade humana. No discurso de cada um deles ficou muito claro como o fato de serem donos de sua própria casa, mesmo quando ainda não eram detentores do direito à terra, somente a posse, já lhes dava a segurança necessária para continuarem lutando pelo título da mesma.

E lembrando Rodrigues (1988) à moradia não pode ser fracionada, não se pode morar pela manhã e não morar à noite, como ocorre com a alimentação, que pode estar disponível num dia e não no outro, nesse contexto, a moradia ou habitação parece ser mais importante até mesmo do que o alimento, que é condição fundamental para subsistência do ser humano.

O caso da ocupação Nova Vitória comprova que, o processo de invasão de terras apresenta várias faces e uma complexidade que foge ao alcance das políticas públicas capazes de ter um contexto proativo e não reativo, considerando que o déficit habitacional assume números astronômicos. Na complexidade desse processo e no seu cenário, encontramos a formação de grupos com líderes que planejam desde a escolha do terreno a ser invadido às demais fases posteriores à invasão.

No caso analisado, a construção das moradias ocorreu de maneira improvisada por terem construído suas casas precariamente de forma irregular, feitas com materiais alternativos como madeira já utilizada, papelão e etc.

O imprevisto das moradias tira a dignidade humana destas famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, mas também gera uma discussão inesgotável por se tratar de uma área de preservação permanente e que foi ocupada de forma irregular. Ressaltamos aqui que dependendo do impacto gerado tais áreas necessitam de tempo e investimento financeiro elevado para serem recuperadas.

Durante as entrevistas realizadas com moradores do bairro, registraram-se várias histórias contadas pelos mesmos e identificou-se como principal motivo de optarem por aquele lugar, para tentar construir uma habitação, a própria necessidade de habitar e o sentimento de pertencer a um local fixo de moradia, por mais precária que fosse.

A ocupação irregular representa, portanto, um ato de busca da cidadania e da

dignidade, embora que, por meios ilegais e muitas vezes violentos. Observa-se que a maioria dos moradores, após obterem a posse e, posteriormente, a documentação doada pelo Estado, sentem-se motivados a construir suas casas de forma definitiva, utilizando materiais de melhor qualidade e/ou reformando as áreas já construídas. Esse ponto pode ser reforçado pelo crescimento em quantidade e tamanho das lojas de materiais de construção ali instaladas no período imediatamente posterior a legalização do bairro. E isto representa um instrumento de geração de emprego e renda para a população local. Este quadro torna-se extensivo aos demais empreendimentos locais, uma vez que com a consolidação do bairro, os investimentos aumentam e as unidades, antes familiares, passam a ofertar postos de emprego para a população local.

Percebeu-se também que pela proximidade com indústrias do PIM, esta população encontra alternativas de renda formais e informais. Formalmente, as empresas contratam principalmente os jovens que possuem escolaridade suficiente para trabalhar na área operacional. Os demais, excluídos do mercado de trabalho, aproveitam a oportunidade para informalmente buscar rendimentos que auxiliem no sustento às famílias. Os principais meios que encontram são as vendas de alimentos e bebidas nas portarias das fábricas.

Socialmente, estas populações estão expostas a ambientes onde se proliferam o uso e a venda de drogas, a prostituição e o roubo, entre outras formas de delinquência. Associados a isto, tem-se o desemprego e a falta de equipamentos urbanos e de infraestrutura básica como agravante da vulnerabilidade social.

As condições sanitárias e ambientais têm seu momento mais crítico no período de instalação da ocupação, quando a “limpeza da área” é feita pela derrubada indiscriminada da mata nativa e pela utilização das águas que ocorre, sem os cuidados básicos de preservação deste recurso.



Figura 1: Poluição dos Recursos Hídricos - Igarapés

Foto: Pesquisa de Campo, 2017

Outro grave problema é a construção de poços e fossas sanitárias fora dos padrões que garantam a sua preservação, o que acaba por poluir o lençol freático. Estes poços são construídos próximos as edificações das casas, possuem baixa profundidade e recebem águas pluviais, o que facilita a disseminação de doenças de pele, diarreias e verminoses, principalmente nas crianças, visto que ocorre o uso doméstico atendendo tanto os moradores e animais, preparo de alimentos, higiene pessoal e doméstica como lavagem de roupas e louças.

Quanto às fossas, o problema principal é a ausência de fossa séptica e a quase totalidade de fossas rudimentares, que não possuem nenhum tipo de barreira de contenção, aumentando assim o risco de poluição dos lençóis freáticos e mananciais da área ocupada.

Após a consolidação da ocupação e de seu reconhecimento oficial como bairro, ocorreram mudanças positivamente significativas que tiveram impactos diretos na qualidade de vida dos moradores da área. Entre as melhorias destacam-se a oferta de infraestrutura básica, como asfaltamento, fornecimento de energia elétrica e água, transporte público e construção de uma escola de tempo integral para atendimento da população local. Neste sentido, percebe-se que embora o fornecimento destes serviços ainda não corresponda plenamente aos anseios da população já há um sentimento de valorização do lugar que se reflete no preço dos imóveis e na melhoria do padrão habitacional do bairro. Esta aparelhagem social também tem atraído empresas de maior porte, que dinamizam a economia da área.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM APP

De acordo com Pinheiro e Procópio (2008), quanto as intervenções em APP's ocorrem ilegalmente, os bens que se visavam proteger ficam expostos à vulnerabilidade das atividades humanas e as ocupações nascem padecidas de irregularidades, resultando em danos ao meio ambiente - à qualidade da água, do solo, das vegetações, ao fluxo gênico.

A ilegalidade gera, ainda, o não fornecimento de equipamentos públicos, infraestrutura

urbana e serviços sociais essenciais para suprir as necessidades básicas humanas, comprometendo o atendimento a direitos constitucionais.

Assim, os loteamentos irregulares têm íntima relação com a forma como cada cidade cumpre com as leis e pratica suas políticas públicas. E tendo em vista que tais ocupações não são benéficas para as cidades, os danos percebidos nestas áreas devem ser resolvidos o mais rápido possível a fim de garantir a defesa ambiental e assegurar direitos fundamentais à população, e inclusive evitar irregularidades administrativas, quando se constata a atuação ou omissão do Poder Público de forma contrária às legislações. (PINHEIRO e PROCÓPIO, 2008, p. 15).

A garantia a estes direitos é que orientam a adoção pelo Poder Público de quais medidas seria a mais viável para cada caso, dentro dos instrumentos previstos em

legislação, como a regularização fundiária urbana, por exemplo.

Afinal, a transferência dessas ocupações, para que as APP's fossem efetivamente protegidas, em cumprimento ao Código Florestal, para outros locais é muitas vezes de difícil concretização. Pois, há que se considerar determinados aspectos sociais e culturais inerentes àquela situação, bem como direitos já consolidados, como a liberdade de cada indivíduo, para escolher habitar naquele bairro e não em outro, a vontade de permanecer naquelas redondezas, os costumes similares daquela região urbana que pode ser diferente dos de outra.

É nítida a impossibilidade de remover essas ocupações e simplesmente distribuir a pressão habitacional para outras localidades urbanas. Mesmo que a ocupação fosse totalmente retirada, as consequências das ocupações irregulares permaneceriam visíveis, como contaminação hídrica, por despejo de esgoto, erosão do solo e diminuição da área verde. (PINHEIRO e PROCÓPIO, 2008, p. 17).

Deve-se buscar uma harmonia entre as atividades humanas e a proteção ambiental; pois o homem tem o direito, e o Estado o dever de garantir a dignidade humana. Por outro lado, para ter vida digna, o ser humano necessita do meio ambiente adequado, em que a qualidade dos bens ambientais se mostre adequada e compatível com a harmonia almejada. Qual seria a solução mais viável? A regularização fundiária sustentável apresenta-se como medida de harmonização entre a relação homem e meio ambiente “amenizando os efeitos destrutivos destas ocupações, seja a degradação ambiental, a irregularidade administrativa, a ilegalidade da própria ocupação e os problemas sociais” (MENECHINO; PROCÓPIO; VIANNA, 2007).

Os autores complementam que a metodologia será através da inibição de assoreamento de córregos e nascentes, de eliminação irregular de resíduos, de realização de obras necessárias ao ambiente urbanístico (instalação de galerias e redes de esgoto adequadas, escoamento adequado de águas pluviais, diminuição da impermeabilização do solo urbano).

Assim, projetos de regularização fundiária, considerados como uma forma de política pública¹ destinados a garantir moradia com sustentabilidade, mostram-se plausíveis e devem impactar positivamente na relação moradores *versus* natureza, com a manutenção dos ocupantes em suas moradias e a remoção daqueles cuja habitação oferecia riscos, investimentos em serviços públicos e melhoria da área em geral. (PRESTES, 2007, p. 402).

Pelo exposto, a regularização fundiária apresenta-se como instrumento de política pública de suma importância para os municípios brasileiros na busca pela solução de problemas urbano-ambientais, como o caso de ocupações irregulares em APP's, e para garantir a sustentabilidade das cidades.

1 a regularização fundiária sustentável como política pública em razão de que a “dimensão da irregularidade urbana é de tal monta que deixa de ser um problema individual para ser um problema difuso, que afeta toda a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades têm experimentado diferenciados ritmos de crescimento populacional, sob estímulos e razões diversas. Porém o resultado é quase sempre o mesmo, ou seja, as populações urbanas acabam por praticar a utilização social e ambientalmente inadequada do território urbano, além de degradar áreas que, em princípio, teriam uma função muito mais ambiental e paisagística do que uma destinação residencial.

No Estado do Amazonas, esse processo é estimulado principalmente pelo fluxo migratório ocasionado pela atratividade da oferta de empregos do PIM. Todo o contingente populacional que chega a Manaus provoca a pressão urbana que eleva o preço dos imóveis regulares e estimula indiretamente o processo de favelização e ocupação irregular do espaço urbano de forma indiscriminada.

Desta maneira, a população com menor poder aquisitivo fica excluída do mercado imobiliário tradicional e encontra nas ocupações irregulares uma alternativa para satisfazerem a necessidade de habitar, principalmente após formarem suas famílias.

As populações que ocupam as áreas invadidas estão expostas a riscos sociais como a prostituição e o tráfico de drogas, sendo o principal deles o subemprego, por serem colocadas em situações insalubres, recebem salários baixos e ficam excluídas de direitos sociais como, por exemplo, a previdência social. Esta condição também torna a população jovem vulnerável ao apelo das drogas, do roubo e da delinquência. Medidas voltadas para a educação e capacitação para o emprego como forma de inclusão social mostram-se eficazes na redução deste quadro.

Percebe-se que a regularização imobiliária por meio da doação da área para os ocupantes foi de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social do bairro, pelo aumento dos investimentos nos negócios já existentes, na criação de novos e na melhoria das casas, o que dinamizou a economia local e gerou empregos, trabalho e renda como forma de redistribuição do capital e progresso da condição social dos moradores.

Ambientalmente, a partir da regularização, houve uma redução das agressões, ao mesmo tempo em que a oferta de infraestrutura e da proibição de se ocupar novas áreas em locais protegidos pela legislação passam a ser coibidos, a partir do mapeamento da área realizado pelo Estado. Outro ponto positivo é a retirada daqueles que residem em locais de risco como margens de rios e encostas de morro. Melhorando assim a segurança ambiental e social do bairro.

Estudando o caso do bairro Nova Vitória, comprovou-se que as ocupações urbanas irregulares, na cidade de Manaus, representam um problema que contribui fortemente para a degradação ambiental, ocasionada principalmente pelo desmatamento de grandes áreas, poluição de rios, mananciais, igarapés, lençóis freáticos, erosão do solo e pela disposição irregular de resíduos sólidos e líquidos, gerando um passivo ambiental e um custo social a ser pago pela sociedade em geral.

Por isso, a regularização fundiária apresenta-se como um passivo ambiental,

que o Estado deve cumprir para amenizar os problemas sentidos em loteamentos irregulares, de forma a conciliar um nível de proteção às APP's – que garanta a função ambiental pela qual foi tutelada –, e não ter de retirar as pessoas ocupantes daquela região, pois tal medida seria de difícil cumprimento e, em determinados casos, de resistência pela comunidade.

E, por fim, é através da regularização fundiária que se buscará propiciar benefícios socioambientais, fornecendo serviços públicos eficientes, como educação, saúde, transporte; áreas de lazer, enfim, condições dignas de habitabilidade.

Afinal, a sustentabilidade das cidades e o atendimento a direitos fundamentais estão intimamente relacionados com a solução para os problemas ocasionados e decorrentes das ocupações irregulares.

REFERÊNCIAS

HUBERMAN, Léo. A História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Editora S A. Traduzido da 3ª edição publicada em 1959. Traduzido para a língua portuguesa em (1986).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE – Rio de Janeiro: IBGE, (2006).

MACHADO, Paulo A.L. Direito Ambiental Brasileiro. 12º Ed. São Paulo. Malheiros Editores. (2004).

MARICATO, Ermínia. Brasil, Cidades Alternativas para a Crise Urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, (2001).

MASLOW, Abraham H. Metamotivation. In: Maslow, A.H. The farther reaches of human nature. New York: Penguin. Books, (1996).

MENECHINO, Laila Pacheco; PROCÓPIO, Juliana Barata; VIANNA, Camillo Kemmer. Loteamentos irregulares em áreas de preservação permanente e seus impactos socioambientais. In: FERREIRA, Yoshiya Nakagawara et al. (Coord.). Anais do II Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades. Londrina: UEL, 2007.

NOGUEIRA, Ana Claudia, et. al. Quem paga a conta da degradação ambiental na área urbana? O caso das ocupações irregulares: Nova Vitória e Comunidade São Pedro (Carlinhos da Carbrás) em Manaus in PEREIRA, Henrique dos Santos et. al. (org.). Pesquisa interdisciplinar em ciências do Meio Ambiente. Manaus: Edua, (2009).

PINHEIRO, Ana Cláudia Duarte. PROCÓPIO, Juliana Barata. Áreas Urbanas de Preservação Permanente Ocupadas Irregularmente. REVISTA DE DIREITO PÚBLICO, LONDRINA, V. 3, N. 3, P. 83-103, SET./DEZ. 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

PRESTES, Vânesca Buzelato. A resolução CONAMA n. 369/2006 na perspectiva do direito intertemporal: a hipótese da regularização fundiária sustentável. In: BENJAMIN, Antônio Herman; LECEY, Eladio; CAPPELLI, Silvia (Org.). Congresso Internacional de Direito Ambiental. Meio ambiente e acesso à Justiça: flora, reserva legal e APP. 3v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia Nas cidades Brasileira. São Paulo. Contexto. (1988).

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, (2002).

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

SOBRE OS AUTORES

ERASMO MOREIRA DE CARVALHO - Doutor em Administração (UFRGS). Mestre em Controladoria e Contabilidade (USP). Contador (UNIR). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/8502022700637033>.

FÁBIO RODRIGUES - Mestre em Políticas de Gestão Ambiental (UFAM). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UNESP /Araraquara/ SP). Docente no Curso de Tecnologia em Gestão Comercial (UEA). fbio1961@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8295291098017496>.

FELIPE ADDOR - Doutor em planejamento urbano e Regional (UFRJ). Mestre em Engenharia de Produção. Graduação em Engenharia de Produção. Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/4471650676535041>.

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO - Doutor em Administração (USP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administrador (UFBA). Docente do Departamento de administração da UFRO. <http://lattes.cnpq.br/9627466972854043>.

ISADORA CONCEIÇÃO TRINDADE PIRES - Pós-graduanda em Gestão Pública (UEA/ESO). Bacharela em Administração (UFAM). isatrindadp@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0237657926027288>.

IZABEL CRISTINA COSTA DE SOUZA - Acadêmica do Curso de Administração (UFAM) Analista de Planejamento e Controle da Produção na Inventus Power. <http://lattes.cnpq.br/17370a38593890832>.

JUDILENE SARMENTO FERNANDES - Pós-graduada em Gestão de Controladoria e Auditoria. Bacharela em Administração (UFAM). Atua no Conselho Regional de Odontologia do Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/3074918627674084>.

JULIANO CRISTHIAN SILVA – Mestre em Educação (UNIR). Especialista em Gestão Pública pelo (IFPR). Administrador (União das Escolas Superiores de Cacoal/RO). Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/3496211980778375>.

KÁTIA VIANA CAVALCANTE - Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente do CCA (UFAM). <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR - Doutor em Gestão da Biotecnologia (UFAM). Mestre em Engenharia de Produção (UFAM). Administrador (UFAM). Docente do Departamento de Administração (UFAM). manjr26@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

br/0403290330724360.

MARCELA FRÓES DA COSTA - Especialista em Marketing; Administradora (LITERATUS). Tutora externo (UNIASSELVI). Tutora a distância (UFAM). Tutor-presencial Faculdade Anhanguera. marcefroes@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1495432952116538>.

MARILUCE PAES DE SOUZA - Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administradora (UFRO). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>.

MAURO MAURÍCIO BARBOSA LUCAS - Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). mauricio_barbosa15@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0341557386153959>.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

NERINE LÚCIA ALVES DE CARVALHO - Mestra em Engenharia de Produção (UFAM). Graduada em Processamento de Dados (UFAM). Analista de Tecnologia da Informação (PROTEC/UFAM). nerinebotelho@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6631204639385569>.

NÚBIA GONZAGA - Mestranda do Programa Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Economista. <http://lattes.cnpq.br/4052628022042108>.

OSMAR SIENA - Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração (UFSC). Graduado em Física (UEL). É docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). <http://lattes.cnpq.br/5424632182909652>.

RAUL AFONSO POMMER BARBOSA – Mestrando em em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Graduado em MBA Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Rondônia (FARO). Pós-Graduando em MBA Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). <http://lattes.cnpq.br/9136549262197723>

RUTE HOLANDA LOPES - Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM). Mestra em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (CIESA). Docente do ICET (UFAM). rutehlopes@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3678444694216259>.

RWRSILANY SILVA – mestranda em Administração (UFRO). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Porto Velho). Especialista em Contabilidade

Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (UCAM). Docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). <http://lattes.cnpq.br/8568891286300237>.

SAIANE BARROS DE SOUZA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Administradora (Faculdades Integradas de Cacao). Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/5775822635702935>.

SIDNEY LIANZA - Doutor em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Graduado em Engenharia Civil (Instituto Mauá de Tecnologia). Docente da UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/7158503469311571>.

SUELÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO ALBUQUERQUE - Doutora em Ciências da Educação (Nihon Gakko). Mestrado em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (URCA). Docente da FAMETRO e da FST. suefi@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1306989016980637>

TAISA VANESSA DE SOUSA COLARES - Bacharela em Ciências Econômicas (UFAM); taisa.vanessa@hotmail.com.

TASSIO FRANCHI - Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP. Graduado em História (UEL). Docente da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) <http://lattes.cnpq.br/1943886460410008>.

THELMA JAKLINY MARTINS ARRUDA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Especialização MBA em Gestão de Pessoas pela Faculdade da Amazônia FAAM /Gama Filho/ I DAAM. Administradora (UFAM). Funcionária da SUFRAMA. <http://lattes.cnpq.br/4853729694712564>.

THEÓFILO ALVES DE SOUZA - Doutor em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Administração (UFSC). Administrador (Machenzie/RJ). Docente do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). <http://lattes.cnpq.br/1186096515283683>.

THIAGO JOSÉ SAMPAIO KAISER – Mestre em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED. Graduado em Desenvolvimento de Sistemas de Informação (UNESC). E-mail: thiagokaiser@outlook.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024397424985510>.

TIAGO SAMPAIO BRITO - Mestrando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). tiagoobrito@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8837129036478002>.

WILLIAN CARNEIRO TAVARES - Acadêmico do Curso de Administração (UFAM).
Atua no Sinetram. <http://lattes.cnpq.br/4829554394186550>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-249-4



9 788572 472494